

# Decisões de Bolsonaro testam a maturidade das Instituições e Órgãos de Estado no país

## Ações de Bolsonaro têm efeitos práticos sobre os rumos do sistema de justiça criminal e segurança pública do país

A semana da segurança pública foi das mais agitadas do ano. Se, por um lado, nenhum crime ou acontecimento espetacular tenha ocorrido, os bastidores do Poder estão em chamas, com diversas articulações e negociações sendo conduzidas. A mais importante, sem dúvida, é a escolha da pessoa que ocupará a Procuradoria Geral da República, cujo mandato de Raquel Dodge termina em setembro. Esse foi o grande tema da cobertura de imprensa na semana passada, seguido pelo debate acalorado nas redes sociais sobre a aprovação da Lei de Abuso de Autoridades pelo Congresso.

E não à toa, o *Fonte Segura* discute um pouco mais o papel do Ministério Público na segurança pública. A escolha do nome tem efeitos práticos sobre os rumos e sentidos do sistema de justiça criminal e segurança pública do país e está longe de ser um tema menor na agenda da área. Muito pelo contrário, o Ministério Público exerce uma função-chave na articulação das polícias e das cerca de 1400 organizações públicas cuja atuação tem impacto direto na segurança da população. O presidente Jair Bolsonaro tem uma enorme responsabilidade nesta escolha.

E esse processo também nos lembra da importância de termos instituições e órgãos de Estado republicanos e transparentes. O episódio envolvendo a substituição do Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro, pelo qual o Presidente da República pressionou para ser ocupado por um policial da sua confiança pessoal, mostra que a relação entre política e polícia é sempre geradora de tensões e, sem controle, pode provocar consequências nefastas.

Aos poucos, a institucionalidade da Constituição de 1988 vai sendo testada e colocada à prova pelo Governo de Jair Bolsonaro, à semelhança do que tem ocorrido nos EUA e em países em Hungria e Turquia. O nível de interferência e de autonomia do Ministério Público e da Polícia Federal, por exemplo, nos dará pistas de como o futuro próximo irá se configurar.

Um futuro que tem que lidar com medidas sem base em evidências, mas que não são neutras. A ampliação da posse e do porte de armas, bem como a liberação de armas antes restritas às forças de segurança, não são medidas meramente ideológicas. Elas atendem interesses eleitorais e, sobretudo, interesses econômicos, como destacamos nesta edição.

E o lucro dessas medidas não se converte em ganhos públicos. Dados sobre execução orçamentária dos fundos setoriais mostram um preocupante cenário de falta de dinheiro que, na prática, pode colocar em risco as conquistas na redução de vários índices criminais iniciadas em 2018.

Mais do que nunca, o olhar articulado do *Fonte Segura* dá uma visão mais ampla do que estamos vivenciando. Por trás de todas essas movimentações, uma profunda ruptura vai se avizinando e é necessário ficarmos alertas o tamanho da fissura que será criado.

---

<https://backup.forumseguranca.org.br/editorial/template-1-editorial-nnv9q>

